

N.F. Nº - 206886.0006/22-0
NOTIFICADO - BORRACHAS VIPAL NORDESTE S.A.
NOTIFICANTE - JORGE JESUS DE ALMEIDA
ORIGEM - DAT NORTE / IFEP NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 08.08.2023

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0110-05/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. DÉBITO DECLARADO NA DMA. A Notificada trouxe aos autos documentos que comprovam o recolhimento de parte da demanda, restando à lide a ocorrência do mês de março cuja falta do recolhimento restou demonstrado pelo Notificante, e embora oportunizado à Notificada trazer novas comprovações esta se manteve silente. Há reparos a fazer na Notificação Fiscal. Infração parcialmente subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão Unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **28/11/2022** exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 7.667,85 mais multa de 60%, no valor de R\$ 3.833,94, e acréscimo moratório no valor de R\$ 1.021,80 totalizando o montante de R\$ 12.523,59 cujo período de apuração se fez nos meses dos anos de **2017, 2018 e 2020**.

Infração 01 – 002.012.001: Deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es) o imposto declarado na DMA – Declaração e Apuração Mensal do ICMS.

Enquadramento Legal: Art. 32; art. 34, incisos III e VIII da Lei de nº 7.014/96 c/c art. 255 do RICMS/BA, publicado pelo Decreto de nº 13.780/12. Multa prevista no art. 42, inciso I da Lei nº 7.014/96, alterado pela Lei de nº 11.899 de 30/03/2010.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 12 a 14.), protocolizada na IFEP NORTE/COORD. ADMIN. na data de 09/09/2022 (fl. 11).

Em seu arrazoado, a Notificada consignou em que pesem as razões trazidas no referido lançamento, não concorda pelas seguintes razões:

- Em relação à ocorrência dos **débitos de 2018** cuja data de ocorrência se deu em 31/03/2018 e data de vencimento em 09/04/2018 no valor de R\$ 1.115,09 é desconhecido das notas de importação desse período. Gerou-se relatório de Notas Fiscais de importação do período e não se localizou nenhuma nota fiscal que tenha o valor apresentado, a Notificada pede que seja considerado nulo o lançamento por falta de “descrição detalhada dos fatos apurados” conforme determina o inciso VI, § 3º do art. 28 do Decreto de nº 7.629/99.
- Em relação à ocorrência dos **débitos de 2020** cuja data de ocorrência se deu em 31/01/2020 e data de vencimento em 09/02/2020, refere-se à Nota Fiscal de nº 5.043 de 30/12/2019 e pagamento realizado em 27/12/2019 com comprovante no extrato da SEFAZ com código de guia 0903 – ICMS Importação Contribuinte Inscrito. E, para a Nota Fiscal de nº 5.356 do dia 02/04/2020 cuja ocorrência de 30/04/2020 e vencimento 09/05/2020, e pagamento realizado em 31/03/2020, constante também no extrato da SEFAZ, onde o pagamento da guia ocorreu via GNRE, código de receita 10056 – ICMS Importação.

Finalizou no tópico “**Pedido**” requerendo que a defesa seja recebida e processada para o fim de que:

- 1) Em sede preliminar, seja declarado extinto o débito em relação aos itens números 1, 3, 4 e 5 da Notificação Fiscal, nos termos do art. 156, inciso I do CTN, conforme comprovante de pagamento que será anexado aos presentes autos; e quanto ao item 2 seja declarado nulo, por falta de identificação da infração cometida.
- 2) No mérito, seja cancelada integralmente a Notificação Fiscal ora combatida, bem como os juros e a multa do imposto.
- 3) Subsidiariamente, o cancelamento da Notificação Fiscal, uma vez que não há débito em aberto a ser lançado em desfavor da Notificada.

Requer, outrossim, a possibilidade de juntar outros documentos que possam corroborar com a comprovação da legitimidade do acima alegado, durante o trâmite do presente processo administrativo.

O Notificante prestou a Informação Fiscal às folhas 17 a 19, onde em seu arrazoadado no tópico “***Da Informação Fiscal***” tratou que quanto ao débito referente ao **mês de Dez/2017** o referido recolhimento consta no sistema da SEFAZ **em 18/12/2017**, porém refere-se ao mês 11/2017 cujo sistema da SEFAZ não reconhece a baixa do pagamento, pois, na DMA consta 12/2017 e o recolhimento 11/2017. Após a verificação da Nota Fiscal de nº 3.925 constatei que o imposto foi realmente pago, faltando apenas a retificação da DMA. Portanto, o item no valor de R\$ 287,81 deverá ser excluído da Notificação Fiscal.

Tratou que quanto ao valor de R\$ 9,62 referente ao mês de Julho/2018 observou-se que na DMA deste mês a Notificante declarou o valor de R\$ 738,20, mas, recolheu R\$ 728,02 + R\$ 9,62 referente a multa. Desta forma, deverá apenas retificar a DMA, que ficará regularizado o sistema da SEFAZ. Este valor também deverá ser excluído da Notificação.

Assinalou que em relação aos valores referentes à Janeiro e Abril de 2020 os impostos foram recolhidos em 27/12/2019 e 31/03/2020, respectivamente, porém, foram declarados nas DMAs de Janeiro/2020 e Abril de 2020 impossibilitando o sistema baixar decorrente da divergência entre os meses a que se referem os valores devidos e os meses recolhidos, como se trata efetivamente de divergência das DMAs estes valores deverão ser excluídos da Notificação Fiscal.

Concluiu que restou então o valor declarado na DMA do mês de Março de 2018 que conforme a DMA de 03/2018 a Notificada declarou como devido a importância de **R\$ 1.701,10** conquanto no sistema da SEFAZ consta apenas os recolhimentos de **R\$ 98,52** em 01/03/2018 e **R\$ 487,49** em 22/03/2018 totalizando **R\$ 586,01** o que resultou no recolhimento a menor de R\$ 1.115,09 cujo novo Demonstrativo de Débito anexou a esta Informação Fiscal.

Verificado pela Relatoria que se fez dispensada a ciência da Notificada no entendimento da hipótese de refazimento de demonstrativo ou levantamento em função do acolhimento na totalidade dos argumentos e provas apresentadas pela Notificada, entretanto averigui que os argumentos da Notificada não foram acatados em sua plenitude, compreendendo-se, neste sentido de que a falta da ciência da alteração do valor da Informação Fiscal prejudica o pleno direito de defesa da Notificada, portanto, em sessão de Pauta Suplementar, a **4ª Junta de Julgamento Fiscal**, na data de 23/11/2022 converteu o feito em Diligência para que a Notificada se pronunciasse a respeito do resultado apresentado pelo Notificante através da Informação Fiscal às folhas 18 e 19.

A Notificada fora intimada, para tomar ciência do inteiro teor da Informação Fiscal através do Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e na data de **03/01/2023** tendo ciência expressa na data de **03/01/2023**, mantendo-se silente sobre sua manifestação.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, no Modelo Fiscalização de Estabelecimento, lavrada em **30/06/2022** exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 7.667,85 mais multa de 60%, no valor de R\$ 3.833,94, e acréscimo moratório no valor de R\$ 1.021,80 totalizando o montante de R\$ 12.523,59 em decorrência da infração (**002.012.001**) **de deixar** de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es) o imposto declarado na DMA – Declaração e Apuração Mensal do ICMS.

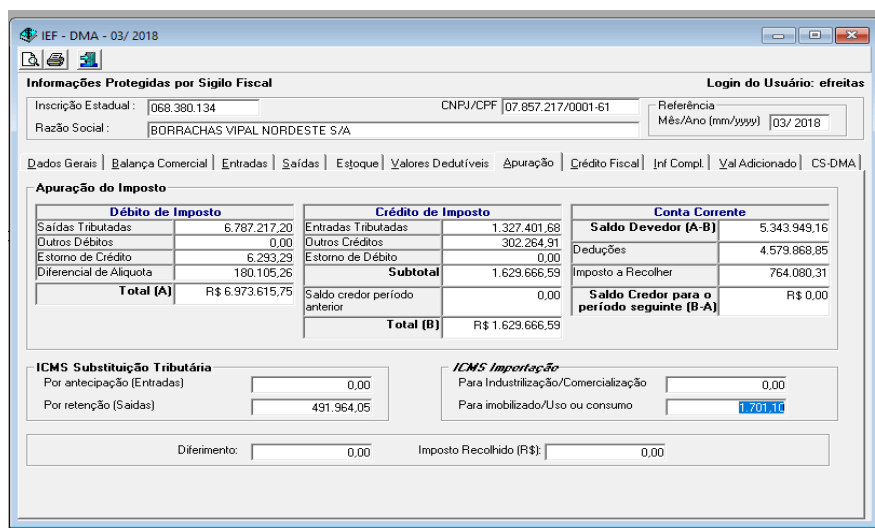
Enquadramento legal: Art. 32; art. 34, incisos III e VIII da Lei de nº 7.014/96 c/c art. 255 do RICMS/BA, publicado pelo Decreto de nº 13.780/12. Tipificação da Multa no art. 42, inciso I da Lei nº 7.014/96, alterado pela Lei de nº 11.899 de 30/03/2010.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em síntese de sua impugnação a Notificada consignou que em relação à ocorrência em 31/12/2017, referente à Nota Fiscal de nº 3.925 o pagamento fora realizado no dia 18/12/2017; em relação aos débitos de 2018, contestou a ocorrência de 31/03/2018 no valor de R\$ 1.115,09, sendo desconhecida as notas de importação deste período, e os débitos de 2020 relacionados à ocorrência de 31/01/2020, referente à Nota Fiscal de nº 5.043 e a Nota Fiscal de 5.356, para a ocorrência de 30/04/2022 possuem pagamentos realizados conforme guias de importação.

No arrazoado da Informação Fiscal o Notificante acordou parcialmente com a Notificada tendo comprovado os pagamentos relacionados às ocorrências dos anos de 2017 e 2020 restando-se à lide o valor declarado na DMA do **mês de março de 2018**, no valor de **R\$ 1.701,10** onde consta o pagamento no montante de **R\$ 586,01** resultando em recolhimento a menor de **R\$ 1.115,09**, mantendo na lide esta ocorrência.

Analisando os fatos constantes nestes autos, vejo que a lide se fez conforme a descrição dos fatos pelo Notificante de ter a Notificada **deixado de recolher o ICMS** nos prazos regulamentares o **imposto declarado na DMA**, onde após os ajustes efetuados pelo Notificante em detrimento aos argumentos e informações trazidos pela Notificada restou-se à lide a ocorrência de março/2018 onde a Notificada não trouxe aos autos considerações e/ou documentação probatória que pudessem **elidir o recolhimento a menor**, nem mesmo quando intimada para manifestar sobre a Informação Fiscal, mantendo-se na lavratura a citada ocorrência onde se observa a menor o valor recolhido em razão do declarado conforme as telas *printadas* do Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia de Informação do Contribuinte – INC, na consulta realizada por esta Relatoria.



IEF - DMA - 03/2018

Informações Protegidas por Sigilo Fiscal

Inscrição Estadual: 068.380.134 CNPJ/CPF: 07.857.217/0001-61 Referência: 03/2018

Razão Social: BORRACHAS VIPAL NORDESTE S/A

Login do Usuário: efreitas

Abas: Dados Gerais | Balança Comercial | Entradas | Saídas | Estoque | Valores Dedutíveis | Apuração | Crédito Fiscal | Inf Compl. | Val Adicionado | CS-DMA

Apuração do Imposto

Débito de Imposto		Crédito de Imposto		Conta Corrente	
Saídas Tributadas	6.787.217,20	Entradas Tributadas	1.327.401,68	Saldo Devedor (A-B)	5.343.949,16
Outros Débitos	0,00	Outros Créditos	302.264,91	Deduções	4.579.868,85
Estorno de Crédito	6.293,29	Estorno de Débito	0,00	Imposto a Recolher	764.080,31
Diferencial de Alíquota	180.105,26	Subtotal	1.629.666,59	Saldo Credor para o período seguinte (B-A)	R\$ 0,00
Total (A)	R\$ 6.973.615,75	Saldo credor período anterior	0,00		
		Total (B)	R\$ 1.629.666,59		

ICMS Substituição Tributária

Por antecipação (Entradas): 0,00

Por retenção (Saídas): 491.964,05

ICMS Importação

Para Industrialização/Comercialização: 0,00

Para imobilizado/Use ou consumo: **1.701,10**

Diferimento: 0,00 Imposto Recolhido (R\$): 0,00

Arrecadação

Informações Protegidas por Sigilo Fiscal Login do Usuário: efreitas

Inscrição Estadual: 068.380.134 CNPJ/CPF: 07.857.217/0001-61

Razão Social: BORRACHAS VIPAL NORDESTE S/A

Arrecadação Mensal | DAE's | Gráfico Arrecadação | Arrecadação por Receitas no Mês | DAE Anual

2018

- TPS - Taxa de Incêndio e Outras - Bombeiros
- ICMS REGIME NORMAL - ENERGIA ELETRICA
- ICMS REGIME NORMAL - INDUSTRIA
- ICMS IMPORTACAO - CONTRIBUINTE INSCRI**
- ICMS CONTRIBUINTE SUBSTITUTO DO ESTA
- ICMS SUBST TRIBUTARIA POR OPERACAO C
- ICMS SUBSTITUICAO TRIBUTARIA-TRANSPOR
- ICMS REGIME DE DIFERIMENTO
- ICMS ADIC FUNDO POBREZA - CONTRB INSCI
- ICMS Adic Fundo Pobreza DESENVOLVE e Dec
- TFP - SSP
- ICMS Consumid Final Não Contrib Outra UF-Oper.
- ICMS PROGRAMA DESENVOLVE

Mês	Valor Arrecadado
Janeiro	0,00
Fevereiro	3.391,91
Março	586,55
Abril	281,95
Maio	32,55
Junho	2.989,57
Julho	738,20
Agosto	0,00
Setembro	6.854,40
Outubro	1.912,01
Novembro	0,00
Dezembro	2.342,65
Total	19.129,79

Critério utilizado: DAEs processados até o fechamento mensal da arrecadação.
Moeda expressa em valores corrente

Isto posto, voto pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** da Notificação Fiscal, mantendo-se na lide apenas a **ocorrência do mês de março de 2018** no valor de **R\$ 1.115,09**.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em Instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº **206886.0006/22-0**, lavrada contra **BORRACHAS VIPAL NORDESTE S.A.**, devendo ser intimada a notificada, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.115,09**, acrescido da multa de 50%, com previsão no Art. 42, inciso I da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 10 de julho de 2023.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR